ACTA N.º 2/2011**Data da reunião ordinária: 17-01-2011****Local: Sala de Reuniões da Câmara Municipal****Início da reunião: 9:30 horas****Términus da reunião: 12:00 horas****A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.****Membros da Câmara Municipal do Entroncamento presentes na reunião:****Presidente:** Jaime Manuel Gonçalves Ramos**Vereadores:**

João José Pescador de Matos Fanha Vieira
Carlos Alexandre Zagalo Gouveia
Paula Maria da Costa Pereira
João Sebastião Coutinho Lima Canaverde
Carlos Manuel Godinho Matias

Outras Pessoas:**Responsável pela elaboração da acta:****Nome:** Ana Gertrudes Marques Ramos**Cargo:** Assistente Técnica**Faltas justificadas:****Faltas por justificar:** Henrique da Cunha Pereira**Resumo diário da Tesouraria:** 14-01-2011**Operações Orçamentais:** 1.299.859,86**Operações não Orçamentais:** 132.077,29

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

- Não houve intervenção do público.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA **INFORMAÇÕES**

- De acordo com o art.º 9.º do Regimento desta Câmara Municipal, o Exmo. Presidente usou da palavra, para informar o seguinte:

1 – EXMO. PRESIDENTE

a) Acerca da decisão do não pagamento de portagens na A23, a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo entende reforçar a posição assumida de que não deve ser taxada onde não é Scut.

b) Informou que o antigo canil municipal de momento não se encontra disponível porque está a ser utilizado para a compostagem dos resíduos dos jardins.

2 – VEREADOR SR. ALEXANDRE ZAGALO

a) Defende que os municípios servidos pela A23, deveriam unir-se e interpor uma providência cautelar.

b) Referiu que nas Campanhas Eleitorais se tem falado no provedor do cidadão, entende que é uma figura extremamente importante para estabelecer a ligação entre os serviços e as pessoas.

3 – VEREADOR SR. CARLOS MATIAS

a) Também, em relação à A23, está satisfeito que a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo tenha tomado uma atitude acerca das Scut's e que a Assembleia Municipal de Abrantes aprovou uma Moção por iniciativa do PS. Sugeriu que se deveria recorrer a uma providência cautelar nesse sentido.

b) Apresentou as seguintes questões:

«Antes de mais, gostaria de informar que ferroviários de todo o país, entre os quais muitos trabalhadores idos do Entroncamento, realizaram na passada quarta-feira, em Lisboa, uma manifestação seguida de concentração, em protesto contra as últimas ocorrências no universo ferroviário.

Em concreto, os trabalhadores reclamam melhores retribuições, a manutenção dos seus postos de trabalho, a defesa do serviço público ferroviário e manutenção das empresas ferroviárias da CP no âmbito do sector empresarial do estado. Pela primeira vez, sindicatos e outras organizações de ferroviários de todas as tendências participaram neste protesto conjunto. Nessa medida, tratou-se de uma iniciativa singular ou, como alguém já a classificou, “histórica”.

Qualquer que venha a ser a evolução no sector, haverá reflexos na vida económica e social do nosso concelho. Penso, pois, que esta Câmara Municipal deverá continuar a acompanhar com muita atenção os acontecimentos no grupo CP.»

c) «Em segundo lugar, queria confirmar a existência de um lapso, no quadro relativo aos empréstimos bancários, inserido na versão do Orçamento para 2011, aprovado pela Câmara e pela Assembleia Municipal.

Tal como observei durante a discussão do documento, efectivamente as taxas bancárias não estão certas, nem batem certo com os encargos a satisfazer durante o ano --- estes sim, inscritos pelo valor correcto.

Desta forma, a situação global do endividamento pôde ser correctamente aferida, se bem que assente em taxas erradamente inscritas.

Trata-se, é certo, de um lapso sem implicações na avaliação política do documento. Mas, uma vez detectado, teria ficado bem uma correcção posterior. Até para ficarmos todos com a informação inteiramente correcta.»

Sobre as questões colocadas, o Exmo. Presidente informou o seguinte:

- Acerca do lapso no quadro relativo aos empréstimos bancários irá averiguar o que se passa sobre este assunto.

- Relativamente ao Provedor do Cidadão, não sabe se será uma forma do Presidente deixar de resolver as situações. Entende que é fundamental e importante o Presidente e Vereadores atenderem as pessoas.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

LEITURA E APROVAÇÃO DE ACTA

- Foi presente a acta da reunião de 03 de Janeiro de 2011, que previamente foi distribuída aos Srs. Vereadores, a qual depois de lida e corrigida, foi aprovada, por unanimidade, e assinada por todos os presentes.

ELEITOS LOCAIS

FALTA DE VEREADOR

- Do Vereador Sr. Henrique da Cunha Pereira, foi presente uma comunicação, a informar que por motivos profissionais, não pode comparecer à reunião de 17 de Janeiro de 2011.

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, justificar esta falta.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

CLUBES ASSOC. DESPORT. CULTURAIS DO ENTR.º

CLAC – CLUBE DE LAZER, AVENTURA E COMPETIÇÃO DO ENTRONCAMENTO - OS TRILHOS DO ALMOUROL 2011 – PEDIDO DE APOIO

- Na sequência da deliberação de 03 de Janeiro corrente, foi presente, de novo, o ofício n.º 399/10, datado de 22 de Novembro, do CLAC – Clube de Lazer, Aventura e Competição do Entroncamento, a solicitar apoio para a realização da 2.ª edição da prova desportiva denominada “Os Trilhos do Almourol 2011 – dos Trilhos Templários aos Caminhos Ferroviários”, a levar a efeito no dia 3 de Abril de 2011, conforme o programa provisório que anexam.

- Do Vereador Sr. Carlos Matias, foi também presente, a seguinte sugestão:

«Na sequência da nossa discussão sobre a matéria referida em epígrafe, durante a última reunião do executivo, foi possível reflectir sobre o assunto e definir uma posição de princípio.

Tendo em conta os cortes das transferências do OGE para o nosso município e o conseqüente esforço para reduzir as despesas correntes --- um esforço que tem de ser partilhado ---, aceitamos que haja uma redução genérica do montante dos subsídios, em eventos pontuais.

A percentagem a reduzir poderá ser o apontado (25%) ou um valor aproximado.

Naturalmente, reservamos a opção de, em casos excepcionais, ponderar a apoio diferente.»

- Interveio demoradamente o Vereador Sr. Alexandre Zagalo, que referiu que não está de acordo que se dêem subsídios às Associações que gozem de saúde financeira e cujas actividades haja lucro.

- O Exmo. Presidente propôs que, sejam reduzidos em 25%, os apoios a atribuir aos Clubes em iniciativas pontuais, dos valores do ano de 2010, propondo um subsídio de 750 Euros, para este evento, tendo o Vereador Sr. Alexandre Zagalo, proposto um subsídio de 1000 Euros.

- Posto isto, foi colocada à votação a proposta de subsídio do Exmo. Presidente, tendo obtido 5 votos a favor dos Vereadores Srs. Carlos Matias, João Canaverde, Paula Costa, Vice-Presidente João Vieira e Exmo. Presidente, e 1 voto contra do Vereador Sr. Alexandre Zagalo.

- Face a esta votação foi aprovada, por maioria, a proposta do Exmo. Presidente, tendo sido rejeitada a proposta do Vereador Sr. Alexandre Zagalo, que fez a seguinte declaração de voto:

«Votei contra porque entendo que esta actividade merece que lhe seja atribuído o montante que é solicitado.»

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROTOS

PUBLICIDADE - PROTOCOLO PARA COLOCAÇÃO DE OUTDOR DIGITAL NO ENTRONCAMENTO

- Presente um protocolo a celebrar entre a Laser-site, Lda. e o Município do Entroncamento, para colocação de Outdoor Digital no Entroncamento.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, aprovar e rubricar o presente protocolo.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

REGULAMENTOS E NORMAS MUNICIPAIS

PROPOSTAS – ISENÇÃO DE TAXAS DE PUBLICIDADE PARA 2011

- Presentes as seguintes propostas relativas à isenção do pagamento de taxas de publicidade para 2011:

- PROPOSTA 1

- DO EXMO PRESIDENTE:

«Em 2010 a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou isentar do pagamento de taxas as licenças de publicidade e ocupação do espaço

público com publicidade, as empresas e empresários em nome individual que no ano de 2009 tivessem um volume de negócios inferior a 250.000 €.

Com esta medida foram abrangidos muitos agentes económicos com estabelecimento no concelho, traduzindo-se a mesma num dos apoios que a Câmara entendeu por bem prestar no ambiente de crise económica e social que existia naquela data.

O ano de 2010 revelou ser o pior desde a crise financeira de 1929.

Contudo, a situação não melhorou e as perspectivas apontam para o agravamento dos diversos indicadores económico-sociais, dos quais, um dos mais gravosos é o aumento do desemprego.

Segundo dados do IEFP, em Setembro de 2010 existiam no Entroncamento + 15% de desempregados do que em Dezembro de 2009.

A economia local, caracterizada por ser uma economia totalmente aberta e constituída em grande parte por pequenas e micro empresas, muitas delas sendo o único modo de vida de famílias inteiras, conduz esses agregados e o tecido social do concelho a uma situação de elevada vulnerabilidade.

Entendo que a Câmara deve envidar todos os esforços - sopesando também as suas próprias dificuldades - para colaborar com os agentes económicos locais, e mais propriamente com os mais frágeis, tomando as decisões que entender serem as mais adequadas para alcançar essa finalidade.

Assim, proponho que a Câmara Municipal delibere isentar em 2011 do pagamento de taxas as licenças de publicidade e ocupação do espaço público com publicidade requeridas por empresas e empresários em nome individual que tenham sede no concelho do Entroncamento e que tenham em 2010 um volume de negócios (vendas de mercadorias, produtos e prestação de serviços) inferior a 250.000 €.

Deverão fazer prova desse facto até ao dia 31 de Julho de 2011 nos serviços de Licenças e Taxas do município, mediante requerimento ao qual será anexada cópia da declaração IES/2010 ou IRS/2010, consoante se trate de empresas ou individuais.»

- PROPOSTA 2

- DO VEREADOR SR. CARLOS MATIAS:

«Em 2009 e 2010, anos em que já se fizeram sentir acentuadamente os efeitos da crise económica, a Câmara Municipal abdicou a título excepcional de parte das receitas provenientes do pagamento de taxas as licenças de publicidade e (só em 2009) da ocupação do espaço público com mobiliário urbano.

Nos dois anos transactos, essa medida excepcional beneficiou, em milhares de euros, pequenas empresas e empresários em nome individual. Representou um significativo apoio à mais frágil actividade económica do concelho e em especial ao comércio tradicional, à custa da contenção de despesas do próprio município.

No quadro actual, difícil e ainda de perspectivas muito sombrias, justifica-se a continuidade desses apoios excepcionais à actividade económica --- a par da continuidade do esforço para conter as próprias despesas correntes da autarquia.

Assim, a Câmara Municipal do Entroncamento decide prolongar para este ano (2011) a isenção excepcional das licenças incluídas no Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público com Mobiliário Urbano, para as empresas que, no ano passado (2010), comprovadamente tenham obtido um volume de facturação (venda de mercadorias e produtos e prestação de serviços) inferior a 250.000 €.»

- O Vereador Sr. Carlos Matias, apresentou a seguinte intervenção escrita:

«Quando tomei a iniciativa de requer a inclusão deste ponto na ordem de trabalhos, fi-lo por considerar que, no essencial, se mantém um quadro de profunda crise económica, criando grandes dificuldades às pequenas empresas que operam no concelho.

Se, por um lado, é exigível à Câmara um esforço de contenção nos gastos correntes, é justo que algum fruto desse esforço seja transposto para o tecido económico, reduzindo-lhe os encargos de exploração dos seus pequenos negócios e incentivando a sua actividade.

Creio, aliás, que, dada a persistência e profundidade da crise, em relação a 2010 esses incentivos devem crescer em 2011, repondo o nível de 2009 e não reduzirem-se ainda mais.

Foi por isso que eu avancei com a proposta de que, em 2011, haja isenção de todas as taxas previstas pela tabela do Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público com Mobiliário Urbano e não apenas as relativas a publicidade.

O PSD já havia introduzido a restrição às taxas relativas a publicidade em 2010, pois em 2009 ainda foi aprovada a minha proposta. Voltou, de resto, a ser recusado o alargamento da isenção para taxas sobre ocupação do espaço público, proposta que apresentei em Maio do ano passado.

O PSD aparece este ano com uma nova limitação. Agora as isenções --- além de se aplicarem só a empresas com facturação inferior a 250 mil euros, e só às taxas com publicidade --- só se aplicarão a empresas sedeadas no concelho.

Não concordamos com mais esta restrição. Se há pequenas empresas que operam no nosso concelho e aqui criam postos de trabalho, devem ser apoiadas. O tecido económico faz-se destas interacções e deve ser apoiado quem investe no Entroncamento, mesmo que mantenha a sua sede fora do concelho.

Se prosseguirmos com limitações sucessivas à aplicação das isenções, chegaremos ao dia em que elas existem, mas (ninguém) não se aplicam a ninguém. Acho que deve ficar claro para todos que se trata de isenções extraordinárias --- mas que são efectivas e resultado de um esforço empenhado em apoiar as pequenas empresas que operam no concelho e aqui criam riqueza.

Abordo, por fim, a questão da introdução deste ponto na ordem de trabalhos. Entreguei o meu pedido de inscrição deste ponto e a minha proposta, com os cinco dias de antecedência que manda a lei.

Apareceu-me depois, quando recebi a OT, a proposta do PSD com data da nossa anterior reunião, indiciando sua existência anterior à minha.

Nestas circunstâncias nem faria sentido o meu pedido de inscrição do ponto na ordem de trabalhos, na altura em que o apresentei, pois já estaria aberto.

Penso que esta questão deve ser tratada de outra forma.

Quem, deste executivo, tiver propostas ou pontos a incluir entrega-as no serviço que o Senhor Presidente indicar.

Nessa altura, poderá logo confirmar a deposição de propostas anteriores, sobre o mesmo assunto ou outros, e a eventual inclusão pontos na ordem de trabalhos.

Creio que, desta forma, com procedimentos simples e transparentes, a Câmara funcionará muito melhor.»

- A Câmara, após aceitar e discutir estas propostas, o Exmo. Presidente colocou-as à votação:

- Proposta do Vereador Sr. Carlos Matias:

- 4 votos contra, dos Vereadores Srs. João Canaverde, Paula Costa, Vice-Presidente João Vieira e Exmo. Presidente;

- 1 Abstenção do Vereador Sr. Alexandre Zagalo; e
- 1 voto a favor do Vereador Sr. Carlos Matias.

- Proposta do Exmo. Presidente:

- 5 votos a favor dos Vereadores Srs. Alexandre Zagalo, João Canaverde, Paula Costa, Vice-Presidente João Vieira e Exmo. Presidente; e
- 1 voto contra do Vereador Sr. Carlos Matias.

- Face a este resultado, foi aprovada, por maioria, a proposta do Exmo. Presidente, tendo sido prejudicada a proposta do Vereador Sr. Carlos Matias.

- Mais deliberou remeter o processo à sanção da Assembleia Municipal.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO DO CONSELHO COORDENADOR DA AVALIAÇÃO - SIADAP

- Da Técnica Superior – Elizabete Charana, dos Serviços de Recursos Humanos, foi presente o Regulamento de Funcionamento do Conselho Coordenador da Avaliação – SIADAP, conforme disposto no n.º 6 do art.º 58.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro, do n.º 6 do art.º 21.º do Decreto - Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de Setembro e ainda o disposto no n.º 3 do art.º 3.º da Portaria n.º 759/2009, de 16 de Julho.

- A Câmara, após tomar conhecimento de tudo deliberou, por maioria, aprovar e rubricar o Regulamento de Funcionamento do CCA, com 5 votos a favor dos Vereadores Srs. Carlos Matias, João Canaverde, Paula Costa, Vice-Presidente João Vieira e Exmo. Presidente; e, 1 abstenção do Vereador Sr. Alexandre Zagalo.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PESSOAL

CESSAÇÃO DE PROCEDIMENTO CONCURSAL – 1 LUGAR DE ASSISTENTE OPERACIONAL – ÁREA DO TURISMO

Do Director do Departamento de Administração Geral e Finanças foi presente a seguinte informação referente às medidas de restrição da despesa no Orçamento de Estado/2011:

«As transferências do Orçamento de Estado/2011 para o Entroncamento, no valor de 3.350.850 €, sofreram cortes de 315.142 € (8,6 %) relativamente a 2010. Os custos com pessoal em 2010 foram de 4.920.470 €. Mantendo-se idêntico valor para 2011, tal significa que somente 68% dessas despesas se encontram cobertas pelas transferências, ou seja, em termos temporais, diremos que cobrem o período de Janeiro a Agosto. A este particular, somam-se diversas medidas constantes do Orçamento de Estado cuja aplicação prática se traduz num aumento de encargos e redução de receitas próprias por via da cada vez menor actividade económica. Para além desta participação digamos “indirecta” na redução da dívida pública, devem os municípios participar directamente no esforço nacional de contenção das despesas, através da adopção interna de medidas concretas e objectivas. Tendo em consideração o exposto, estão a ser realizadas análises sectoriais com vista a reduzir encargos de funcionamento do município. O sector do turismo é um deles. De facto, neste momento, teremos de reconhecer que o Entroncamento não possui estruturas devidamente criadas e habilitadas para se tornar competitivo neste domínio. Estão em curso investimentos estruturantes, mas não se prevê a necessidade de uma estrutura municipal efectiva de apoio e dinamização antes do

final de 2012, porque os mesmos não estarão concluídos antes dessa data. Referimo-nos às intervenções que se prevêem para o Parque Verde do Bonito, o qual se configura como um pólo aglutinador de elevada importância, nomeadamente no âmbito turístico, desportivo e ambiental, para toda a Região do Médio Tejo e em particular para o concelho do Entroncamento. Prevê-se que a 1.ª Fase fique concluída em meados de 2012 e que a 2.ª Fase, caso seja igualmente apoiada por fundos comunitários, ocorra em simultâneo com a 1.ª Fase. Na eventualidade de esta situação não vir a acontecer, podemos perspectivar que o Parque Verde do Bonito só ficará verdadeiramente apelativo, e com condições para cativar visitantes em 2013. Até lá, todo o investimento que for feito será no âmbito das acessibilidades internas e externas, iluminação e aplicação de algum mobiliário urbano – 1.ª Fase, o que, só por si não se constitui num factor de atracção. No que respeita ao complexo do Museu Nacional Ferroviário, a situação é semelhante: em 2011/2012 arrancarão novas intervenções, em edifícios existentes, como são os casos das oficinas 14 e 15, do restauro do Foguete e do Comboio Presidencial Português e da Central Eléctrica. No final de 2012 início de 2013 o Museu contará com mais dois edifícios remodelados, para além da redonda já existente, situação que fica aquém do desejado. Pelo exposto, principalmente pela urgente necessidade de contenção de custos não adequados, proponho que o concurso para admissão de um assistente operacional na área do turismo seja anulado e que quando existirem condições objectivas para o desenvolvimento do sector, se abra então um procedimento concursal.»

Presente, também a seguinte informação da Técnica Superior - Noémia Varela, dos Serviços de Recursos Humanos:

«O procedimento concursal para um assistente operacional para o Posto de Turismo foi aberto por aviso n.º 17241/2010, publicado no Diário da República n.º 169, 2.ª série de 31/08/2010. Neste momento encontra-se em conclusão da 1.ª fase dos métodos de selecção, (prova escrita de conhecimentos). Refere n.º 2 do art. 38.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro o seguinte: “Excepcionalmente, o procedimento concursal pode, ainda, cessar por acto devidamente fundamentado da entidade responsável pela sua realização, homologado pelo respectivo membro do Governo, desde que não se tenha ainda procedido à ordenação final dos candidatos.” Assim ainda não existe ordenação final dos candidatos. Face à presente informação e atento o n.º 2 do art. 38.º antes referido, pode o procedimento ser cessado, que nos termos do art. 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro terá de ser presente à Câmara Municipal para aprovação, uma vez que sendo o órgão competente para proceder à abertura será o órgão com competência para a sua cessação. A cessação deverá obedecer aos mesmos trâmites da sua abertura, ou seja notificação aos candidatos, que pode ser por e-mail, publicação no Diário da República e no site do Município.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, proceder à cessação do procedimento concursal de um assistente operacional na área do Turismo.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA LOJA ENTRONCAMENTO SOLIDÁRIO – RENOVAÇÃO DO CONTRATO – PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL

- Da Técnica Superior – Susana Silva, dos Serviços de Aprovisionamento, foi presente a informação que abaixo se transcreve, acerca de um contrato prestação de serviços para implementação da Loja Entroncamento Solidário:

«Foi celebrado em 01-02-2010 um contrato de Prestação de Serviços para Implementação da Loja Entroncamento Solidário com a empresa Tânia Brazete, Unipessoal, Lda., pelo preço mensal de 1.500,00€ durante um período de 12 meses, podendo ser renovável por períodos sucessivos até ao limite de 3 anos, conforme o art. 48.º do CCP.

Nos termos do art. 94.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, aquando da eventual renovação dos contratos de prestação de serviços vigentes, os serviços devem proceder à sua reapreciação à luz do presente regime jurídico, ou seja, torna-se necessário verificar os condicionalismos da observação do regime legal da aquisição de serviços constante no n.º 2 do art.º 35 da Lei n.º 12-A/2008:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;

- Seja observado o regime geral da aquisição de serviços;

- O contratado comprove ter regularizadas as suas obrigações fiscais e com a segurança social.

Com a publicação da Lei n.º 55-A/2010 de 31 de Dezembro, e de acordo com o art. 22.º, a renovação dos referidos contratos de prestação de serviços fica dependente de parecer prévio vinculativo da Câmara Municipal, condicionado à apresentação dos seguintes elementos:

- Verificação do disposto no n.º 4 do art. 35.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, na sua redacção actual (execução de trabalho não subordinado, para o qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público);

- Existência de dotação orçamental;

- Verificação do cumprimento do disposto no n.º 1 do art. 22.º da Lei n.º 55-A/2010 (demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no art. 19.º da Lei n.º 55-A/2010).

Assim, tendo em conta o supra exposto com o objectivo de proceder à renovação do contrato de Prestação de Serviços para Implementação da Loja Entroncamento Solidário com a empresa Tânia Brazete, Unipessoal, Lda., para efeitos de parecer prévio da Câmara Municipal, informa-se o seguinte:

a) O presente contrato de prestação de serviços não envolve a prestação de trabalho subordinado, uma vez que o trabalho irá ser prestado de uma forma autónoma, não se sujeitando na sua execução, conteúdo, direcção e disciplina deste Município;

b) Existe dotação orçamental (anexo 49);

c) Atendendo que o valor da presente prestação de serviços não é superior a 1.500,00€, não haverá lugar à redução prevista no art. 19.º da Lei n.º 55-A/2010.»

- Após algumas dúvidas suscitadas pelo Vereador Sr. Carlos Matias, a Vereadora Sr.ª Paula Costa esclareceu que estava previsto abrir um espaço físico com a Loja Entroncamento Solidário, mas depois entendeu-se criar esta loja na base da prestação de serviços, através do cartão solidário para pagamento de taxas de água, medicamentos e outros auxílios, devido já existirem instituições de carácter social a distribuírem alimentos e vestuário.

- Neste âmbito está-se a criar uma plataforma com a segurança social, a trabalhar em rede para que os utentes tenham a maior abrangência possível no apoio social, de modo a ter um auxílio mais rápido.

- Posto isto, a Câmara, deliberou, por unanimidade, emitir parecer prévio favorável, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, na redacção da Lei n.º 3-B/2010 de 28 de Abril, do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro e ainda alínea a) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 72-A/2010 de 18 de Junho.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

LICENÇAS E TAXAS

DELEGAÇÃO COMPETÊNCIAS – LICENÇAS E TAXAS

- Do Coordenador Técnico dos Serviços de Licenças e Taxas – Maria da Conceição Lucas Antunes, foram presentes os mapas das licenças emitidas por aquela Secção, no período de 13/12/2010 a 07/01/2011, atenta a deliberação de 28/10/2009 e para cumprimento do n.º 3 do artigo 65.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

- A Câmara tomou conhecimento e rubricou estes mapas.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

CEMITÉRIO MUNICIPAL

AUMENTO DO LOGRADOURO DA CAPELA DO CEMITÉRIO

- Do Encarregado José Lucas dos Serviços do Cemitério Municipal, foi presente a seguinte informação relativa ao aumento do logradouro da Capela do Cemitério:

«Senhor presidente tendo já feito uma informação a V.ª Ex.ª com o registo em SGD N: 6797 referente ao arranjo da cobertura da capela do cemitério queria sugerir a V.ª Ex.ª para se alargar o logradouro da mesma.

Há certos funerais com muita gente que quando o corpo está a ser encomendado na capela as pessoas não cabem no acesso e então vão para os talhões 4 e 8 para estarem mais perto do seu ante querido por esse motivo venho sugerir que os restos mortais das campas 281, 282, 291, 292, 301, 302, 311, 312 do talhão 4 e as campas 756, 757, 758, 710, 711, 712, 784, 785, 786, 798, 799, 800, 812, 813, 814, 826, 827, 828, 840, 841, 842 que fossem trasladados para local a combinar com os proprietários ou familiares dos mesmos.

Com esta alteração não só se arranja mais espaço para as cerimónias ali realizadas mas também se poderia projectar uma cobertura para que os utentes do cemitério pudessem descansar à sombra ou se recolherem das chuvas quando aparece esporadicamente, pois a maioria é pessoas já de idade.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, proceder de acordo com esta informação.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR – CCASE

ACTA DA ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR – CCASE

- Do Conselho Consultivo de Acção Social Escolar foi presente a acta que a seguir se transcreve, referente à reunião efectuada em 7 de Janeiro de 2011:

«O Conselho Consultivo de Acção Social Escolar reuniu hoje, pelas 15,00H, a fim de analisar a seguinte situação:

1. Mail do Agrupamento Alpha a solicitar a inclusão na listagem de subsídios de dois alunos que vieram transferidos, um de Braga e outro da Chamusca (SGD 236). O Conselho Consultivo, de acordo com as informações prestadas pelos respectivos Agrupamentos, decidiu incluir a aluna de Braga no escalão A e o aluno da Chamusca no escalão B, apenas para refeições.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, aprovar esta acta, por unanimidade.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

NOTARIADO

MINUTA DE CONTRATO – EXECUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR NORTE E ACESSIBILIDADES

- Da Assistente Técnica - Ana Paula Cardoso, dos Serviços de Notariado, foi presente a minuta do Contrato da empreitada da “Execução do Centro Escolar Norte e Acessibilidades”, adjudicada à Firma Nogueira & Matias, Lda., para aprovação.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, aprovar a respectiva minuta.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

MINUTA DE CONTRATO – EXECUÇÃO DE CICLOVIAS – FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

- Da Assistente Técnica - Ana Paula Cardoso, dos Serviços de Notariado, foi presente a minuta do Contrato da empreitada da “Execução de Ciclovias – Freguesia de Nossa Senhora de Fátima”, adjudicada à Firma Técnorém – Engenharia e Construções, S.A., para aprovação.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, aprovar a respectiva minuta.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

MINUTA DE CONTRATO – REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA N.º 1 E JARDIM DE INFÂNCIA N.º 2

- Da Assistente Técnica - Ana Paula Cardoso, dos Serviços de Notariado, foi presente a minuta do Contrato da empreitada da “Remodelação e Ampliação da Escola Básica n.º 1 e Jardim de Infância n.º 2”, adjudicada à Firma Ladário – Sociedade de Construções, Lda., para aprovação.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, aprovar a respectiva minuta.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

NOVO REGIME DE ARRENDAMENTO URBANO

NRAU - FIXAÇÃO DO COEFICIENTE DE CONSERVAÇÃO – MANUEL VERÍSSIMO SOARES

- Petição em nome de Manuel Veríssimo Soares, na qualidade de proprietário, a solicitar, nos termos do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 6/2006, de 27 de Fevereiro, a classificação do Coeficiente de Conservação da Fracção G do Prédio Urbano situado na Praceta Frutuoso Mendes, n.º 1 – 3.º Dt.º, Entroncamento.

- Ouvido, para o efeito, o Técnico Superior - Eng.º Civil, Joaquim Canteiro, da Divisão de Urbanismo e Obras Particulares, emitiu, este, a seguinte informação:

«Na sequência do relatório efectuado pelo perito designado por sorteio, compete à CAM (Comissão Arbitral Municipal) a fixação do correspondente Coeficiente de Conservação a atribuir ao imóvel.

Nos municípios em que não foi constituída CAM (que pensamos no nosso caso não se justificar em face do reduzido número de processos existentes) competirá à Câmara exercer essas funções.

A atribuição desse Coeficiente de Conservação é feita a partir do relatório elaborado pelo perito, por aplicação directa da tabela prevista no n.º 1 do Art.º 33.º da Lei n.º 6/2006, (n.º 1 do Art.º 15.º do Dec-Lei n.º 161/2006) com excepção dos casos em que se verifique a existência de obras de beneficiação realizadas pelo arrendatário. Nestes casos teremos:

- a)- A atribuição de coeficiente de conservação imediatamente inferior ao correspondente ao estado de conservação, quando as obras tiverem sido licitamente efectuadas pelo arrendatário (alínea a) (do n.º 2 do Art.º 15.º do Dec-Lei n.º 161/2006).
- b)- A atribuição de coeficiente de conservação imediatamente superior ao correspondente ao estado de conservação quando a degradação do prédio se dever a actuação ilícita do arrendatário, ou a falta de manutenção se este dever lhe assistisse. (alínea b) do (n.º 2 do Art.º 15.º do Dec-Lei n.º 161/2006).
- c)- Quando ambas as partes tiverem executado obras de conservação o coeficiente de conservação terá um valor intermédio, por equidade, entre o correspondente ao estado de conservação e o coeficiente imediatamente inferior. (alínea c) (do n.º 2 do Art.º 15.º do Dec-Lei n.º 161/2006).

No presente caso verificamos que:

- 1.– O relatório do perito indica a execução de alguns trabalhos pelo arrendatário. (pinturas, persianas, sanitários)
2. – No relatório do perito não é expressamente referida a presença do senhorio ou seu representante, nem se houve qualquer oposição sobre essas obras. Refere no entanto a existência de informações prestadas pelo senhorio e arrendatário. Contactado o perito confirmou a presença do senhorio.
3. – Relativamente indicado no n.º 1 e em face do referido pelo perito, considera-se que os trabalhos serão de manutenção ou pequena conservação corrente, pouco relevante e que a sua falta não seria significativa em termos de pontuação total, mantendo o índice de anomalias dentro do mesmo intervalo e portanto sem interferência no referido no n.º 4.
4. - O relatório do perito considera o estado de conservação do fogo de “Médio”, pois embora o índice de anomalias corresponda a um nível superior, a existência de elementos na situação do n.º 4 do Art.º 3.º da Portaria 1192-B/2006, conduz ao nível inferior.
5. – Assim da aplicação da tabela do n.º 1 do Art.º 33.º da Lei n.º 6/2006, resulta um coeficiente de conservação de 0,90.

Assim em conclusão propõe-se, para o presente caso, a atribuição de um valor para o Coeficiente de Conservação de **0,90**, correspondente ao estado de conservação determinado pelo perito, por aplicação da tabela constante no n.º 1 do Art.º 33.º da Lei n.º 6 /2006.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, atribuir um valor para o coeficiente de Conservação de 0,90, de acordo com esta informação.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OBRAS MUNICIPAIS

CONCEPÇÃO/EXECUÇÃO DA REQUALIFICAÇÃO URBANA DA FREGUESIA DE SÃO BAPTISTA – ARRUAMENTOS, LARGOS E PRAÇAS – RUA LUIS FALCÃO DE SOMMER (JOGOS DE ÁGUA) – AUTO DE CONSIGNAÇÃO DA OBRA

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, homologar o Auto de Consignação da Obra, elaborado em 06 de Janeiro de 2011, referente à empreitada de “Concepção/Execução da Requalificação Urbana da Freguesia de São João Baptista – Arruamentos, Largos e Praças – Rua Luís Falcão de Sommer (Jogos de Água)”, adjudicada à Firma Vibeiras – Sociedade Comercial de Plantas, S.A.
- Absteve-se o Vereador Sr. Carlos Matias.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

EXECUÇÃO DA REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO CULTURAL A CLUSTER DE RESTAURAÇÃO – AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS CONTRATUAIS N.º 2

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Vistoria de Medição de Trabalhos, Situação n.º 2 do Contrato Inicial, no valor de 21.085,16 € (Vinte e um mil oitenta e cinco euros e dezasseis cêntimos), elaborado em 30 de Dezembro de 2010, referente à empreitada da “Execução da Requalificação do Centro Cultural a Cluster de Restauração”, adjudicada à Firma Alpeso - Construções, S.A.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OBRAS PARTICULARES

PROC.º DE OBRAS N.º 22/07 – CP – CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES, EP (CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, EPE) – INSTALAÇÃO DE ARMAZENAGEM DE COMBUSTÍVEIS - DECISÃO FINAL

- Presente o processo de obras número 22/07, em nome de CP – Caminhos de Ferro Portugueses, EP (CP – Comboios de Portugal, EPE), referente à instalação de Armazenagem de Combustíveis, no Complexo Ferroviário de Entroncamento, nesta Cidade, na sequência da vistoria realizada e do parecer favorável emitido pelo ISQ – Instituto de Soldadura e Qualidade em relação à instalação.
- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, aprovar o processo de acordo com os condicionamentos do parecer do Técnico Superior - Eng.º Civil, Joaquim Canteiro, da Divisão de Urbanismo e Obras Particulares, emitido em 07/01/2011.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos

OUTROS ASSUNTOS FORA DA ORDEM DO DIA

- De acordo com o art.º 83 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Exmo. Presidente apresentou os assuntos que a seguir se transcrevem, após a Câmara ter concordado com a sua análise:

CLUBES ASSOC. DESPORT. CULTURAIS DO ENTR.º

CLAC – PEDIDO DE APOIO PARA DESLOCAÇÃO DA EQUIPA DE ATLETISMO

- Ofício n.º 10/11, de 07 de Janeiro de 2011, do CLAC – Clube de Lazer, Aventura e Competição do Entroncamento, a solicitar apoio referente ao transporte efectuado com a deslocação dos seus atletas, à corrida do Tejo em Lisboa, no passado dia 24 de Outubro de 2010, conforme o recibo/factura no valor de 320,00 Euros, que anexam, em virtude da não cedência de transporte pela Câmara Municipal.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, conceder um subsídio de 50% do valor do transporte, ou seja de 160,00 Euros.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

HABITAÇÃO SOCIAL

REVISÃO DE RENDA - RUA GENERAL HUMBERTO DELGADO, BLOCO – MARIA JOSÉ FERREIRA DA SILVA

- Da Técnica Superior – Laura Maia, da Divisão de Assuntos Sociais, Educação e Saúde (DASES), foi presente a informação que a seguir se transcreve, relativa à revisão de renda da habitação social, sita na Rua General Humberto Delgado, Bloco H – R/C Esq.^o, Entroncamento, em nome de Maria José Ferreira da Silva:

«Na sequência da petição de Maria José Ferreira da Silva e após a análise do pedido de revisão de renda de habitação social sita na Rua General Humberto Delgado, Bloco H – R/c. Esq., em virtude de se verificar alteração na composição do agregado familiar, informo que de acordo com o Regulamento de Atribuição e Gestão de Fogos de Renda Social, no artigo 21.^o, n.^o 4, o mesmo refere: “As rendas serão, igualmente actualizadas sempre que se verifique alteração na composição do agregado familiar e no seu rendimento.”

Nesta conformidade, resulta a aplicação da renda mensal a cobrar no valor de cinquenta e cinco euros e quarenta e um cêntimos (55.41 €).»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, actualizar a renda de acordo com a presente informação.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

TRÂNSITO E SINALIZAÇÃO

MANUTENÇÃO DA REDE VIÁRIA – TRÂNSITO E SINALIZAÇÃO – PRAÇA DA REPÚBLICA

- Do Chefe de Divisão de Serviços Urbanos, Eng.^o Civil – Nuno Valente, foi presente a informação que abaixo se transcreve, na sequência de um pedido de Jorge Manuel Gameiro Rodrigues, proprietário da Residencial Gameiro, para criação de um parque de cargas e descargas exclusivo à Residencial, na Praça República:

«De acordo com o solicitado por V. Ex.^a, serve a presente informação para propor a alteração de placas adicionais, substituindo a existente por uma do Mod.10b (Indicador de aplicação “Cargas e Descargas”) e outra do Mod. 11j (Indicador de aplicação “Residencial”), no local assinalado em planta anexa.

Modelo	Mod. 10b	Mod. 11j
Quantidade	1 Unidade (a adquirir)	1 Unidade (a adquirir)

- A Câmara, tudo visto e analisado e de acordo com esta informação, deliberou, por unanimidade, aprovar a colocação da sinalização proposta.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OBRAS MUNICIPAIS

ESCOLA BÁSICA DO 1.^o CICLO + JARDIM DE INFÂNCIA SUL – AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS, N.^o 17

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Vistoria de Medição de Trabalhos, Situação n.^o 17 do Contrato Inicial, no valor de

76.723,26 € (setenta e seis mil setecentos e vinte e três euros e vinte e seis cêntimos), elaborado em 30 de Novembro, referente à empreitada da “Escola Básica do 1.º Ciclo + Jardim de Infância Sul”, adjudicada à Firma Tecnorém – Engenharia e Construções, S.A.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ESCOLA BÁSICA DO 1.º CICLO + JARDIM DE INFÂNCIA SUL – AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS, N.º 18

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Vistoria de Medição de Trabalhos, Situação n.º 18 do Contrato Inicial, no valor de 39.278,05 € (trinta e nove mil duzentos e setenta e oito euros e cinco cêntimos), elaborado em 30 de Novembro de 2010, referente à empreitada da “Escola Básica do 1.º Ciclo + Jardim de Infância Sul”, adjudicada à Firma Tecnorém – Engenharia e Construções, S.A.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ESCOLA BÁSICA DO 1.º CICLO + JARDIM DE INFÂNCIA SUL - 3.ª PRORROGAÇÃO DE PRAZO

- Petição da Firma Tecnorém – Engenharia e Construções, S.A., adjudicatária da empreitada da “Escola Básica do 1.º Ciclo + Jardim de Infância Sul”, a solicitar a prorrogação de prazo, a título legal, em 60 dias, atendendo a atrasos no fornecimento de materiais eléctricos, por parte do fabricante, previstos em projecto de instalações eléctricas.

- Ouvido, para o efeito, o Técnico Superior – Eng.º Nuno Carda, emitiu, este o seguinte parecer:

«Os motivos apresentados (atrasos no fornecimento de material eléctrico) não são justificativos de prorrogação legal. Deverá a Exma. Câmara decidir sobre a atribuição, ou não, da requerida prorrogação do prazo da empreitada a título gracioso. Mais informo que os trabalhos se encontram na sua maioria concluídos, exceptuando os referentes à iluminação do edifício e pátio exterior.»

- A Câmara, tudo visto e analisado e de acordo com este parecer, deliberou, por unanimidade, conceder a prorrogação do prazo a título gracioso.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ENVOLVENTE AOS CAMPOS SINTÉTICOS E BALNEÁRIOS – ARRANJOS EXTERIORES NA ZONA ENVOLVENTE À PISCINA MUNICIPAL - 2.ª FASE - AUTO DE REVISÃO DE PREÇOS, N.º 2

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Revisão de Preços n.º 2 (Definitiva), referente a Trabalhos de Natureza Prevista, no valor de 4.821,64 € (Quatro mil oitocentos e vinte e um euros e sessenta e quatro cêntimos), elaborado em 30 de Dezembro de 2010, referente à empreitada da “Envolvente aos Campos Sintéticos e Balneários – Arranjos Exteriores na Zona Envolvente à Piscina Municipal – 2.ª Fase”, adjudicada ao Consórcio constituído pelas Firms EcoEdifica, Ambiente e Construções, S.A./Asibel Construções, S.A.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PARQUE DO BONITO – PARQUE RADICAL - AUTO DE REVISÃO DE PREÇOS, N.º 2

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Revisão de Preços n.º 2 (Definitiva), referente a Trabalhos de Natureza Prevista, no valor de 4.002,86 € (Quatro mil dois euros e oitenta e seis cêntimos), elaborado

em 30 de Dezembro de 2010, referente à empreitada do “Parque do Bonito – Parque Radical”, cedida à Firma EcoEdifica, Ambiente e Construções, S.A.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PARQUE DO BONITO – PARQUE RADICAL - MAPA RESUMO DA CONTA FINAL

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, homologar o Mapa Resumo da Conta Final da Empreitada do “Parque do Bonito – Parque Radical”, no valor total de 428.191,81 € (Quatrocentos e vinte e oito mil cento e noventa e um euros e oitenta e um cêntimos), cedida à Firma EcoEdifica, Ambiente, Construções, S.A.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OBRAS PARTICULARES

PROC.º DE OBRAS N.º 86/07 – ADERCEREAL, LDA – POSTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA CONSUMO PRÓPRIO – APROVAÇÃO DE PROJECTO

- Presente o processo de obras número 86/07, em nome de Adercereal, Lda referente à instalação de um posto de abastecimento de combustíveis para consumo próprio, na Zona Industrial – Lote I 15, nesta Cidade, na sequência do parecer favorável emitido pelo ISQ – Instituto de Soldadura e Qualidade.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, aprovar o projecto de acordo com o parecer do Técnico Superior - Eng.º Civil, Joaquim Canteiro, da Divisão de Urbanismo e Obras Particulares, emitido em 05/01/2011.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROC.º DE OBRAS N.º 97/08 – CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DO ENTRONCAMENTO – DECISÃO FINAL

- Presente o processo de obras número 97/08, em nome do Centro Social Paroquial do Entroncamento, referente à alteração do Jardim de Infância/Creche, na Rua da Fé, número 6, nesta Cidade, no seguimento do deferimento do projecto de arquitectura e aprovação dos projectos das especialidades pelas entidades intervenientes.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, aprovar o processo de acordo com o parecer do Técnico Superior - Eng.º Civil, Joaquim Canteiro, da Divisão de Urbanismo e Obras Particulares, emitido em 17/12/2010.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

LOTEAMENTOS

ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 1/03 – MANUEL JOSÉ DIOGO – LOTE N.º 49

- Na sequência da deliberação de 04/10/2010, sobre o pedido de alteração do lote n.º 49 do alvará de loteamento n.º 01/2003, sito na Rua Pedro Nunes – Urbanização do Bonito, em nome de Manuel José Diogo, foi presente, do Eng.º Civil - Joaquim Canteiro, da Divisão de Urbanismo e Obras Particulares, a seguinte informação:

«Decorrido o período de inquérito público, sem apresentação de quaisquer reclamações, o projecto de alterações referente ao lote em título, encontra-se, na sequência da deliberação de 04.10.2010, em condições de aprovação final e de emissão do respectivo aditamento ao alvará de loteamento n.º 01/2003.

A alteração que se refere a uma modificação da configuração da implantação do lote, mantendo-se as áreas de construção anteriormente estabelecidas, não tem implicações em termos de obras de urbanização nem da taxa de urbanização.»

- A Câmara, tudo visto e analisado e de acordo com esta informação, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente alteração.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ENCERRAMENTO DE REUNIÃO

ENCERRAMENTO DE REUNIÃO

- E nada mais havendo a tratar o Excelentíssimo Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.
- E eu, _____, Assistente Técnica na Divisão de Inovação e Modernização Administrativa, a redigi, subscrevo e vou assinar, juntamente com o Excelentíssimo Presidente e Vereadores presentes.